



Anais da Assembléia

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº CTL/SEEG 156/95, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 251/95, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs CTL/SEEG 157, 158, 159,

160, 161, 162, 163, 164 e 165/95, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

113/95: Do Poder Executivo, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1996, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.153. **Anote-se - Arquite-se.**

238/95: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Guaraci, o imóvel que especifica, situado naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.154. **Anote-se - Arquite-se.**

138/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.155. **Anote-se - Arquite-se.**

193/95: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, com sede e foro naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.156. **Anote-se - Arquite-se.**

040/95: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que considera de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II, com sede na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.157. **Anote-se - Arquite-se.**

208/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Belo Horizonte, Fazendinha, com sede e foro no Município de Curitiba-PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.158. **Anote-se - Arquite-se.**

211/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com sede no Município de Goioerê, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.159. **Anote-se - Arquite-se.**

045/95: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em doação, o veículo marca Volkswagen, tipo Kombi Camioneta, ano 1993, de propriedade da Secretaria de Estado da Administração, Departamento Estadual de Transporte Oficial, à Prefeitura Municipal de Balsa Nova, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.160. **Anote-se - Arquite-se.**

Curitiba, terça, em 22.08.95

021/95: De autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei n° 11.058, de 25 de janeiro de 1995, restaurando, concomitantemente, a Lei n° 9.661, de 15 de julho de 1991, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.161. **Anote-se - Arquite-se.**

Expediente à Senhora Lúcia Paula Biscaia, Assessora Jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Orlando Pessuti, que pede esclarecimentos sobre "Implantação do "Jogo dos Sonhos". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 312/95, de sua autoria, que altera artigos da Lei n° 10913/94, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que os Projetos de Lei n°s 321/95, desmembra a Vara de Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho de Foz do Iguaçu; n° 322/95, cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Londrina e 323/95, que cria a Comarca de Sarandi, que alteram o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, não sejam apreciados pelas Comissões Permanentes desta Casa de Leis, até que seja cumprido o dispositivo do art. 60, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual do Paraná. (Art. 60 - "No prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição, o Tribunal de Justiça

remeterá projeto de lei à Assembléia Legislativa, propondo a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias").

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO N° 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do servidor aposentado deste Poder, Victório José Roda, ocorrido dia 16.08.95, nesta Capital.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16/08, faleceu, nesta capital, aos 82 anos de idade, o Sr. Victório José Roda, servidor aposentado do Poder Legislativo.

O extinto deixa viúva Dona Arminda e 04 filhos.

O passamento de Victório José Roda veio abrir enorme lacuna do seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Victório José Roda.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Roda, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdomiro Rosas de Jesus, em 30/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada a Rua Alceu Teixeira Pinto, 96, Vila Rubini II, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Sebastião Ferreira Guimarães, em 27/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada a Rua Edson Nobre de Lacerda, 47 - Jardim Carvalho - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ruy Biazotti, ocorrido no último dia 17 do mês em curso, na Cidade de Nova Esperança.

Nascido em 1° de março de 1933, Ruy Biazotti chegou à Nova Esperança no ano de 1955, onde residiu nos últimos 40 anos, ali tendo desenvolvido sua principal atividade no campo da pecuária.

Possuidor de um vasto círculo de amizades, seu passamento causou grande consternação entre aqueles que o conheciam em Nova Esperança e na região.

Requer-se ainda que, da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSI

REQUERIMENTO N° 2343

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PROPOE à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão e comunicado à família, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito Aldo Abagge, ocorrido no último dia 19.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Aldo Abagge, Prefeito de Guaratuba entre 1989 e 1992, falecido aos 69 anos de idade, nasceu a 21 de junho de 1926, filho do imigrante de origem síria José Nicolau Abagge e dona Carmela Aimoni Abagge, de origem italiana.

Advogado, industrial do ramo madeireiro e dirigente político, Aldo deixa sete irmãos vivos, a viúva Celina Cordeiro Abagge e os filhos Aldo Júnior, Sheila, Carmela Abagge Macedo, Maurício e Beatriz.

Em sua passagem pela Prefeitura da tradicional cidade balneária de Guaratu-

ba, Aldo Abagge se esforçou para melhorar a qualidade turística daquela região, empreendendo ações para a implantação da rede de esgotos e drenagem dos bairros de povoamento mais recente, num programa de saneamento que modificou as condições locais. Também promoveu a regularização do cadastro imobiliário, construção de conjuntos habitacionais, reforma de escolas municipais inclusive na zona rural, renovação do parque de máquinas, instalação de creches e melhoria do quadro funcional.

Esse conjunto de ações evidencia a profunda sensibilidade humana de Aldo Abagge que, infelizmente, ao lado de sua família, foi colhido por injunções dolorosas que acabaram por abalar sua saúde fragilizada, levando-o prematuramente à sepultura.

Temos certeza que o tempo saberá reabilitar uma família cercada pelas mais ilustres tradições que honram o Paraná e os pósteros saberão fazer justiça a esse grande cidadão cuja morte as pessoas de bem pranteiam neste momento de dor e tristeza.

REQUERIMENTO N° 2351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado a família enlutada, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosália Wzorek, do lar.

Pessoa muito querida junto a comunidade, falecida no dia 19.08 do corrente ano, moradora na Rua XV de Novembro, 320, Apto 41, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(aa) JOCELITO CANTO

LUIZ CARLOS ZUK

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Paula Simoni da Silva, ocorrido no dia 20 próximo passado, em Pinhais/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à mãe, Senhora Marlene Rodrigues da Silva e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio Paraná n° 847, bairro Jardim Weisópolis, no Município de Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2356 "A"

Curitiba, terça, em 22.08.95

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Ramos e Silva, nascido no dia 10.04.1917 em Iguatemi - BA e falecido no último dia 15.08.95 em Itaúna do Sul/PR.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada e ao Diretorio do PMDB de Itaúna do Sul, do qual foi presidente durante vários anos, tendo sido inclusive, delegado à Convenção Estadual do PMDB.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações para a 1ª Diretoria Eleita da Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO.

Requer ainda que se dê ciência ao Presidente da referida associação, Senhor Altair José Zampier, Prefeito Municipal de Pitanga, através de correspondência a ser enviada para a Praça 28 de Janeiro n° 171, CEP: 85200-000, no Município de Pitanga, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao casal Luiz e Ângela Mazzola, do Município de Medianeira, pela passagem de seu 50º aniversário de casamento.

Requer, ainda que, da decisão da Casa, seja dada ciência ao casal medianeirense.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O casal Luiz e Ângela Mazzola completam 50 anos de convivência harmoniosa e de profundo amor, sendo um verdadeiro exemplo, um modelo a ser seguido por todas as famílias paranaenses. Atualmente, na sociedade brasileira é raro vermos um casal completar Bodas de Ouro, por isso queremos felicitar oficialmente o casamento feliz e duradouro de Luiz e Ângela Mazzola.

REQUERIMENTO N° 2349

Senhor Presidente.

pag. 05

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como ao Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando realização de estudos para viabilizar a implantação de melhorias no Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul), de Maringá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Conforme descreve o nobre Vereador Chico Coutinho, da Câmara Municipal de Maringá, há necessidade de melhorias no Anel Rodoviário Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul), de Maringá tais como: acostamentos, passarelas para pedestres, iluminação pública e canaletas.

Informa o ilustre Vereador que, ao longo dessa Rodovia, estão localizados inúmeros bairros, como os Jardins São Silvestre e Bertioiga, e os Conjuntos Habitacionais: "Sol Nascente", "PROLAR", "Cidade Alta I e II", implicando um vasto contingente habitacional, razão pela qual há necessidade urgente da implantação dos benefícios reclamados para que a população tenha condições adequadas de segurança.

REQUERIMENTO N° 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Francisco Derosso - Xaxim, proximidades do n° 954.

O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais reclamam que o sistema de escoamento ainda é feito através de fossas construídas por eles mesmos.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2316

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Primo Lourenço Tosin - Novo Mundo, que pedem a instalação de um telefone público na Rua Valdomiro Pedrozo, em frente à firma Gerdal, n° 805. Segundo os moradores, para se fazer uma ligação é preciso andar várias quadras dificultando a vida dos moradores.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2337

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de colocar mais ônibus na linha Rápido Metropolitano no Terminal Maracanã em Colombo, no horário das 6:30 hs às 8:00 hs da manhã.

O número de pessoas que utilizam o ônibus neste horário é muito grande e muitas não conseguem sequer embarcar.

Sala das Sessões, em 22.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2340

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Dr. Deni Lineu Schwartz, Secretário dos Transportes, solicitando a duplicação e acostamento da Rodovia BR-376 (trevo de acesso para Tamboara, ao trevo de acesso da Av. Heitor Alencar Furtado - Distrito Industrial de Paranavaí).

Sala das Sessões, em 22.08.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Há muito, as estradas do Brasil e Paraná encontram-se em estado precário de uso e conservação. Falta sinalização, acostamento, alguns trechos de pista dupla; a qualidade do asfalto é inferior ao suportável por intenso tráfego.

Muitos acidentes ocorreram e ocorrem nestas estradas, ferindo e matando pessoas.

Em Paranavaí, nas proximidades do Distrito Industrial que margeia a BR-376, o fluxo de veículos e o número de trabalhadores que por ali transitam diariamente, é enorme.

É de extrema necessidade e emergência a realização de obras de duplicação deste trecho e construção de acostamento, já desgastado pelo tempo, da Rodovia BR-376 (trevo de acesso para Tamboara, ao trevo de acesso da Av. Heitor Alencar Furtado - Distrito Industrial de Paranavaí).

Anteriormente, já fora enviado Ofício n° 205/95 ao Exmo. Secretário, expondo o problema a fim de preservar a vida humana, requer a V. Exa. se digne enviar técnicos ao local para efetuar estudos, viabilizando a duplicação e acostamento da Rodovia BR-376 (trevo de acesso para Tamboara, ao trevo de acesso da Av. Heitor Alencar Furtado - Distrito Industrial de Paranavaí).

REQUERIMENTO N° 2341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça encaminhar expediente ao Dr. João Alberto Fautchuk, Engenheiro Chefe do 9° Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em Curitiba, transmitindo-lhe apelo da população de Nova Esperança, através de sua Câmara Municipal de Vereadores e agora também desta Casa Legislativa, objetivando a construção de redutores de velocidade na Rodovia BR-376, entre os quilômetros 136 e 137.

O aumento das indústrias às margens da Rodovia e a maior demanda populacional transformaram aquele trecho do Município de Nova Esperança em área de alto risco para as pessoas que pretendem transpor a Rodovia.

A construção de redutores poderia trazer maior tranqüilidade às famílias daqueles que se utilizam da travessia.

Sala das Sessões, em 22.08.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Martinho Mardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas do Município de Rebouças.

Este Hospital está necessitando de equipamentos e materiais essenciais para o seu funcionamento. O objetivo é oferecer um atendimento seguro e eficaz no tratamento dos pacientes.

Sala das Sessões, em 22.08.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da Rodovia Marginal PR-465 em Araruna, saída para o Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 22.08.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

Curitiba, terça, em 22.08.95

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Administração, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios

foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Comunicação Social, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Cultura, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios benefi-

ciados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Educação, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam

Curitiba, terça, em 22.08.95

beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Fazenda, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e do Desenvolvimento Econômico, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado de Obras Públicas, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios

foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria Especial da Política Habitacional, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Saúde, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por

Curitiba, terça, em 22.08.95

essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Pedido de Informações à Secretaria de Estado dos Transportes, e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de, 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.

2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.

3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.

4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios benefi-

ciados por essas assinaturas e quais os valores repassados.

5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 42/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Resolução n° 34/94, de 21 de novembro de 1994, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote n° 06, da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação da presente proposição é somente corrigir o número do lote a ser alienado aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado. Quando foi aprovada pela Assembléia Legislativa, constava que o número do lote seria 16, quando o correto é 06.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 43/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Eduardo Xavier da Silva, no Distrito de Jaquariaíva, para que a população decida sobre a criação do Município de Eduardo Xavier da Silva.

MEMORIAL DESCRITIVO

Com o Município de Jaquariaíva

Inicia na cabeceira do Ribeirão Grande do Sertãozinho, deste ponto segue pela cumeada da Serra do Campo das Cinzas e pela Serra das Furnas, passando pelas cotas altimétricas aproximadas: 127m, 1260m e 1265m, até encontrar um afluente sem nome do Rio Jaquariaíva, desce por este até sua foz no Rio Jaquariaíva, sobe por este até a foz de outro afluente à margem direita, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pela cumeada da Serra da Boa Esperança até alcançar a cabeceira do La-

Jeadó Grande.

Com o Município de Sengés

Inicia na Serra da Boa Esperança na cabeceira do Lajeado Grande de onde segue por uma linha seca e reta na direção geral Oeste até a foz do Ribeirão Caçador ou Mosquito no Rio Jaquariatu, sobe por este até sua cabeceira.

Com o Município de Doutor Ulisses

Inicia na cabeceira do Rio Jaquariatu, segue pela Serra do Paranapiacaba passando pelo ponto de cotas altimétricas: 1113m, 1109m, 1259m, 1138m e 1126m, até alcançar a cabeceira do Rio Escutador.

Com o Município de Pirai do Sul

Inicia na Serra do Paranapiacaba na cabeceira do Rio Escutador, desce por este até alcançar sua foz no Rio Jaguariaíva, desce por este até a foz do Ribeirão Sapateiro, de onde segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até alcançar a confluência do Ribeirão Quebra Cangalha com o Ribeirão Grande do Sertãozinho, sobe por este até sua cabeceira.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de Eduardo Xavier da Silva à Município deve-se ao seu vigoroso índice de desenvolvimento e vem ao encontro da vontade majoritária da população do distrito a ser emancipado.

Além do que a presente proposição está conforme com os dispositivos da Lei Complementar nº 56, que regulamenta os processos de criação de municípios.

Por estes motivos, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 327/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os Municípios do Paraná, no sentido de implantar redutores de velocidade (lombadas), em frente a todos os estabelecimentos de Ensino do Paraná, salvo onde forem desaconselhados pelos órgãos técnicos, por causarem problemas estruturais nas edificações próximas aos redutores, caso em que deverá ser instalado semáforo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

Curitiba, terça, em 22.08.95

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.95

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento público que o número de acidentes de trânsito têm registrado um índice tão elevado que pode ser classificado como extremamente preocupante, e mais ainda se considerarmos os registros de atropelamentos em área escolar, os quais apresentam considerável aumento na maioria das cidades paranaenses.

Esses acidentes causam, no mínimo, ferimentos dos mais variados graus que provocam a irreversível perda da frequência escolar de milhares de crianças ao ano; em número um pouco menor mas ainda assim é alarmante, vendo-se irreversíveis danos físicos e - mais grave - a morte de crianças.

Um dos meios para se reduzir esse verdadeiro morticínio é a implantação de lombadas, pois a velocidade dos veículos aliada a imprevisibilidade do comportamento de crianças na rua, especialmente em grupos, é a causa de tais acidentes que enlutam as famílias paranaenses.

Em razão disso é imperioso que o Poder Público tome as providências necessárias, as quais somente poderão ser agilizadas, na medida que o problema requer, a partir de uma ação conjunta Estado-Municípios, motivo pelo qual apresentamos o presente Projeto de Lei, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 328/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá o imóvel constituído pelo lote urbano nº 07 da quadra nº 03, com área de 600,00 metros quadrados, nesta cidade, pertencente ao Estado do Paraná, matrícula nº 4.306 (livro nº 02, fls. 146/148), da Comarca de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, tendo em vista os mais diversos motivos nela contidos, justifica-se plenamente, eis que o mencionado imóvel será utilizado pelo município para futuras edificações que beneficiarão as áreas sociais, de saúde e educacionais, proporcionando aos munícipes melhores con-

Curitiba, terça, em 22.08.95

dições de vida.

Salienta-se outrossim, por essencial, que o município é carente, não tendo condições, portanto, de arcar com os custos de aquisição do referido imóvel.

Pelos motivos já expostos, é que se objetiva a doação do mencionado imóvel ao Município de Santo Antônio do Caiuá, que contará, certamente, com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 329/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO, com sede no Município de Pitanga, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(aa) CEZAR SILVESTRI
ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição vem atuando desde janeiro de 1993, promovendo o fortalecimento dos municípios que integram o centro do Paraná, nas suas principais gestões.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância, tendo em vista a atenção dedicada à causa municipalista e a contribuição com o desenvolvimento da região.

Por estas e várias razões de tão nobre valor, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente Deputado Eduardo Trevisan, com a palavra.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo rapidamente a tribuna para manifestar uma preocupação com questões importantíssimas para o nosso país e que lendo os jornais do dia de hoje, fui realmente tomado de uma preocupação com os rumos que a nossa Nação pode tomar nos próximos dias.

Nós estamos passando por um momento muito importante da vida nacional, quando estamos ali escrevendo a nossa Constituição e colocando assim as bases e os fundamentos de uma nova Nação.

Nós passamos aí por um período de reforma do Capítulo Econômico, da Constituição, houve a quebra de monopólio, uma abertura maior da nossa economia ao capital externo, o que acho já foi positivo,

mas nós temos aí mais um conjunto de reformas a serem realizadas, como a Reforma Tributária, Administrativa, Previdenciária que vão permitir realmente nós criarmos assim o arcabouço institucional que vai moldar o nosso país para que ele nos próximos dias, meses e anos, realmente se coloque com um país nos trilhos do progresso e do desenvolvimento, e depois de anos de discussão, a respeito da Reforma Tributária, depois de um grande período que todos nós aqui inclusive a nossa Assembléia através do Bloco Municipalista, tão bem comandada pelo Deputado Toti Colaço, apresentamos sugestões, participamos das discussões, havia uma grande expectativa nacional de que essa Reforma Tributária viesse no sentido de um espírito assim de tornar o nosso sistema tributário alguma coisa mais leve, redução do número de tributos, fazer com que houvesse o aumento da arrecadação, uma Reforma Tributária até um pouco sonhadora. que faz com que todos paguem menos, mas que o Estado arrecade mais.

Pode parecer um paradoxo, mas o nosso sistema tributário ele induz a sonegação, faz com que alguns paguem muito e alguns não paguem nada e era possível realmente a gente construir proposta de reforma tributária que tivesse por escopo, como finalidade um novo sistema tributário, realmente mais racional, mais eficiente, baseado em tributos não passíveis de sonegação, o que faria com que essa Nação chegasse a uma situação em que todo mundo pagaria menos e o Estado arrecadaria mais, mas qual não é a nossa surpresa, pasmem, qual não é a nossa decepção, tivemos depois de um longo período de discussão o Governo Federal mandar para o Congresso Nacional, uma proposta de Reforma Tributária tímida, fraca, que não vai representar praticamente mudança alguma.

Ela se resume quase que exclusivamente na criação do chamado ICMS Federal, vai no caminho inverso da nossa expectativa, do nosso desejo de descentralização administrativa, de fortalecimento das unidades da federação, de tornar os nossos estados e municípios mais independentes do poder central, esse era o sonho de todos.

Nós que já fomos prefeito, que já lidamos com os problemas dos municípios, com os problemas locais que têm que ser resolvidos ali pelo cidadão do Município, pelas administrações locais, nós vemos que o Governo Federal envia uma proposta de reforma tributária que vai exatamente contra esse espírito, fortalece a centralização, nos torna mais dependentes do poder central, faz com que ainda mais os prefeitos e governadores tenham que fazer a política do pires na mão, do beijar a mão do Presi-

dente da República, dos Ministros, facilitando a corrupção a intermediação de verbas, indo exatamente no caminho contrário do que tinha que ocorrer, que era o fortalecimento dos municípios dos Estados, do poder local, a independência dos Prefeitos, dos Governadores, uma Reforma Tributária nacional, moderna, límpida que realmente criasse uma estrutura que permitisse o fortalecimento do Poder Público, porque haveria uma diminuição da sonegação, haveria o fortalecimento do Poder Público e tornaria o nosso País, um País mais arejado, mais fácil de se investir, um País melhor de se viver.

Realmente fico muito preocupado de ver que depois de todo esse período nós corremos o risco de no momento propício que é o momento de Reformas, é o momento de se mudar a Constituição, é o momento de grandes esperanças, vejo que corremos o risco de fazer uma "reforminha", uma "reforminha" que não vai mudar praticamente nada, vai continuar essa Reforma Tributária injusta, esse sistema tributário que possibilita a sonegação e nós vamos permanecer nesse estado de coisas, num País onde os custos de produção são muito altos e um dos culpados é o sistema tributário que vai permanecer aí nesses remendos, nesses emendos que quando falta verba para um setor cria-se um imposto próprio.

O Sr. Toti Colaço - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EDUARDO TREVISAN - Com todo o prazer, Deputado.

O Sr. Toti Colaço - Queria cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto que traz nesta tarde aqui no nosso Plenário.

A Reforma Tributária que está se procedendo em termos de Brasil, em termos de Congresso Nacional, Vossa Excelência colocou muito bem uma "reforminha". Uma verdade o que preocupa V.Exa. e tem razão de ser, V.Exa. como Membro do Bloco Municipalista, faz muito bem de trazer a tona este assunto. O que o Governo Federal está propondo, nada mais é do que tirar a possibilidade dos Estados de acompanhar de perto e dar a sua contribuição com referência a arrecadação do ICMS. A federalização do ICMS irá se proceder em Brasília, sem dúvida nenhuma pelo que a Imprensa vem publicando quase que diariamente. Os Estados, principalmente os Estados vão perder o seu poder de fogo no que diz respeito a arrecadação do ICMS.

Aqui no Paraná por exemplo, nós vemos isso com muita clareza nessa Campanha Cidadação Nota 10, desencadeado pelo Governador Jaime Lerner. Amanhã ou depois federalizando o ICMS, tem que ser o Governo Fe-

deral que haverá de fazer a campanha desta natureza, porque vai ser centralizado a sua arrecadação em termos de Brasília. É lamentável que isto vem ocorrendo e é profundamente preocupante a situação dos municípios que está aí de pirés na mão, estão passando por uma situação extremamente difícil. Não resta a menor dúvida que as Prefeituras Municipais de pequeno e médio porte estão hoje numa situação de penúria em função das obrigações que o Governo Federal e porque não dizer também em alguns casos o próprio Governo do Estado coloca sob a responsabilidade do custeio da máquina pública Municipal sobre a responsabilidade dos Municípios e isto vem onerando cada vez mais. E a arrecadação, as receitas municipais, elas não são evidentemente revistas e com esta notícia, com esta idéia, com esta intenção, e com este desejo e com o que está se formalizando em Brasília da unificação do IPI, do ICMS e do ISS, automaticamente tira o poder de fogo dos Municípios, do Estado e centraliza na Federação. É lamentável que isto venha acontecendo em nosso País e por essa razão V.Exa. está recebendo de minha parte os meus cumprimentos pelo assunto que aborda nesta tarde aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado pelo aparte Deputado Toti Colaço. Nós vivemos numa República Federativa das mais esdrúxulas. A federação pressupõe a organização de Estado nacional, na autonomia de suas unidades federadas.

Sugeriria ao Governo Federal, com a implementação dessa proposta de reforma tributária, que nós passassemos de República Federativa para República Unitária e nomeássemos nossos atuais Governadores como chefes de departamentos, para cuidar só, simplesmente, de alguns aspectos burocráticos, porque daqui a pouco não vão ter mais o que fazer.

A Federação pressupõe autonomia das unidades federadas, como é na República dos Estados Unidos da América do Norte, são unidades autônomas que podem até legislar sobre matéria penal, civil, há uma autonomia financeira, ninguém depende do poder central. A concentração bolo tributário nos municípios é na ordem de 50% do total arrecadado. No Brasil é quase 15, 16. A concentração está no Poder central e essa concentração é perversa, esta concentração favorece a intermediação, a corrupção e a criação dos famosos despachantes.

Então, o meu repúdio, a minha tristeza, o que tenho visto ultimamente em relação ao nosso Governo Federal são apenas atitudes que nos trazem tristeza, o episódio do Banco Econômico. as reformas que se

Curitiba, terça, em 22.08.95

anunciavam, se transformam a cada dia mais tímidas e nós estamos num momento em que os homens públicos tem que ter coragem, tem que ter firmeza, propor grandes mudanças para nós construirmos no futuro um grande país e eu sugeriria ao nosso Coordenador do Bloco Municipalista que enviasse uma correspondência ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara, não vamos perder esta grande oportunidade de fazermos uma reforma realmente com erre maiúsculo que vai apresentar uma grande mudança no nosso sistema tributário.

O Sr. Augustinho Zucchi - V.Exa. me concede um aparte, Deputado? (Assentimento)
Olha, Deputado Trevisan. V.Exa. tem tido a felicidade de levantar temas importantes para discussão nesta Casa. embora nós sabemos que evidentemente além da nossa preocupação em levantar a questão, tenhamos que ter nós a preocupação de ter encaminhamento nas devidas questões. Acho fundamental que nesta Assembléia esteja constituído o Bloco Parlamentar Municipalista, como tantos outros Blocos aqui na Assembléia. e gostaria apenas de usar prazerosamente o aparte que V.Exa. me concede para dar uma sugestão de que o Bloco Municipalista, junto com a AMP e com a participação dos Deputados que queiram participar dessa discussão, fosse feita uma proposta também englobando aí evidentemente a opinião dos setores estratégicos do Governo do Estado com relação a questão da tributação para que nós colocássemos com as entidades civis organizadas, quem sabe o Bloco Municipalista, Deputado Toti, pudesse coordenar esta ação neste momento de se fazer uma proposta do Paraná, a ser encaminhada ao Congresso Nacional para os nossos Deputados Federais, principalmente para a Bancada do Estado do Paraná, para que esta proposta, discutida com associações comerciais, com a federação das indústrias, com os sindicatos, com os Parlamentares do Bloco Municipal e outros que queiram participar e com a Secretaria da Fazenda e Planejamento aqui do Estado pudesse se transformar numa proposta do Paraná, Deputado Trevisan.

O Sr. Toti Colaço - Concede-me um contra aparte, Deputado Zucchi? Com a permissão do ilustre Deputado Eduardo Trevisan, apenas a título de esclarecimento, Deputado Augustinho Zucchi, pela ocasião da estada do Presidente da Câmara dos Deputados aqui na Assembléia Legislativa há algumas semanas atrás nós tivemos a oportunidade de passar às mãos do Presidente da Câmara. o filho do Antonio Carlos Magalhães, o famoso Senador da Bahia, todo o desejo, o que os municípios do Estado do Paraná e o fizemos em nome da Assembléia e do Bloco

Municipalista, as propostas que deverão, pelo menos segundo o desejo e a intenção dos Prefeitos e também dos municípios do Estado do Paraná que seja inserido na reforma constitucional.

Este trabalho, esta proposta que V.Exa. coloca o Bloco e a associação dos municípios já o fizeram. O que nós podemos, é reafirmar os pedidos das bancadas desta Casa, pedindo para que sejam observadas as propostas inseridas naquele documento. Apenas para dizer que nós já tomamos todas as devidas providências.

O Sr. Augustinho Zucchi - Muito bem. Parabéns ao Bloco Parlamentar Municipalista que tomou essas providências. mas eu acho que temos que verificar as alternativas possíveis de colocar essas propostas para o governo federal e que não haja aí, como V.Exa. está colocando com propriedade, uma situação que realmente não tenham mais autonomia os Estados, principalmente no que se refere à sua receita e aos problemas que o Estado tem, porque nós sabemos que os municípios passam por muitas dificuldades e sabemos o que significam os anseios da população e não poderem ser atendidos nem sequer pelo município e o Estado passando também por dificuldades, para atender as necessidades para a dignidade da população, principalmente da nossa população que vive no interior do nosso Estado.

É esse o aparte. Gostaria de parabenizar V.Exa. e me somar a essa preocupação que aliás, não é uma preocupação nossa apenas, enquanto parlamentar aqui. Nós temos que ter essa preocupação de discutir isso com a sociedade, porque senão, nós vamos passar por uma reforma tributária que possa ir a não contemplar os anseios daquilo que é de nosso direito.

Obrigado pelo aparte. parabéns pelo pronunciamento.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Deputado Augustinho Zucchi, obrigado pelo aparte, com propriedade colocado e evidentemente nós não estamos aqui apenas para criticar a proposta. Temos que ter a nossa sugestão a oferecer e diria que sugestões existem muitas. Temos, por exemplo, no Paraná, o Deputado Luiz Carlos Hauli, hoje da Bancada do PSDB, que fez uma proposta muito boa, que deveria ser levada em conta e não sei se foi, e, como o Deputado Hauli, existem outros deputados que fizeram sugestões, existem entidades representativas da sociedade civil organizada, sociedades sindicais, empresariais que ofereceram as suas propostas e que deveriam ter sido objeto de análise e discussão.

A grande verdade é que o que o governo apresenta é uma proposta mais centraliza-

dora, que cria apenas mais um tributo e em nada simplifica o nosso sistema tributário e o que queremos à sociedade, é um novo sistema tributário, um sistema tributário mais simplificado que tenha por objetivo a redução do número de tributos, assim compreendidos: impostos, taxa e contribuições de uma maneira geral, uma simplificação da estrutura e que possibilite um aumento na arrecadação do Estado e na distribuição, que seja distribuído de forma a fortalecer os municípios e os Estados e deixar a solução das questões nacionais para o poder central, mas as questões de saúde, educação, habitação e saneamento, poderiam muito bem ser resolvidas ali na localidade, pela força criadora dos administradores locais e do povo em conjunto, em parceria e solidariedade.

Essa é a nossa preocupação e que o Deputado Toti, como coordenador do Bloco, envie essas manifestações de preocupação e envie a nossa sugestão e não percamos essa grande chance de fazermos a grande reforma do sistema tributário nacional e construirmos as bases e os fundamentos de uma nova nação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, só estou um pouco preocupado nesta tarde por conta da lista de Schindler, especialmente com a minha cidade de Medianeira aonde o meu Prefeito não se encontra bem. Mas aí no momento correto nós queremos começar a questionar até aonde está o problema do município no negativo e até aonde está o problema do prefeito. Um problema sério esse da lista de Schindler.

Mas o que me traz à Tribuna são dois assuntos breves de que tratarei aqui. O primeiro com relação ao Município de Douradina, toda vez que se trata envolvimento de ameaça aos Vereadores na sua legítima função de fiscal do Poder Executivo Municipal virei até esse microfone para fazer um alerta da situação. Entendo que hoje a função de um vereador de um município enquanto fiscal, enquanto colaborador para que a situação do município, que as finanças públicas não se esvaíam rapidamente e consigam realmente fazer um processo de fiscalização dos cofres públicos, quando se instala uma CPI, uma comissão processante, a primeira coisa que se toma iniciativa um Prefeito, ou os seus próximos, é tentar fazer ameaças. Então, cito o caso que a Prefeitura de Douradina aprovou os relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito que apontou denúncias contra o Prefeito Manoel Ribas de Oliveira. O Pre-

feito é acusado de desviar recursos do setor de saúde e bem estar social, principalmente durante a campanha eleitoral do ano passado. Há um caso aqui típico em que 93 a Prefeitura comprou e doou dez caixões para famílias enlutadas, sendo que no Município só faleceram seis pessoas. Aí tem que ser checado realmente pelos vereadores. O pior é que o Vereador José Gonçalves da Silva do PT, juntamente com o Presidente da Câmara, Ermínio de Oliveira Filho, do PSDB, estão sendo ameaçados para não tocarem a diante o processo de fiscalização, essa CPI, na Câmara de Vereadores daquela cidade.

Outro assunto que me traz é que há poucos dias estive no assentamento Segredo I de Chopinzinho. Queria manifestar aqui aos colegas uma situação diferente, uma situação até emocionante que nos passamos naquele momento, vendo as famílias que foram reassentadas do atingimento das águas de Segredo da barragem, as famílias foram recolocadas há mais ou menos dois anos atrás e se encontram numa situação bastante precária em termos de adaptação àquela situação nova, que são as novas propriedades; propriedades aonde uma senhora chorou copiosamente na nossa frente reclamando em que quando ela morava no Porto, na beira do rio, a família toda morava com ela, quando mudou para o reassentamento, a terra quase não produz, precisa de trinta toneladas de calcário por alqueire para fazer a correção. Quer dizer, inviabiliza qualquer atividade agrícola, não se tem horta, as casas que ganharam foram de seis por três de pinus, que já tem há dois anos, na construção três caíram, e algumas delas já estão apodrecendo, receberam quitada é verdade da COPEL para ampliação, para melhoramento, mas ainda deixa muito a desejar. Então, senti o drama daquela família sem assistência, com problemas sérios, nós conversamos lá com a assistente social, com o técnico agrícola, com o Presidente da Associação, o assentamento tem várias melhorias por parte da COPEL, como a escola, pavilhão de eventos e reuniões, posto de saúde, a igreja, galpões agrícolas, pré-moldados, é uma reivindicação porque o que fizeram há dois anos de pinus, é uma coisa engraçada estão caindo os galpões, fotografamos as casas e fizemos contato com essa população. O que eles querem é um tratamento mais digno, um tratamento melhor por parte da COPEL, e que cumpra principalmente os compromissos assumidos em reuniões e debates com a comunidade no reassentamento. O pessoal quer recurso para plantio, tem problema de água seriíssimo, problema de água e calcário, cesta básica, tem gente passando fome, por incrível que pareça naquela região algumas análises de solo revelou desnecessidade de

Curitiba, terça, em 22.08.95

calcareamento, receberam produto, reclamaram que veio produto molhado, dificultando o espalhamento, até levantou-se a suspeita de desvio de recursos pelo não fornecimento da análise, bem como a umidade foi entregue no lugar do produto. Também gente passando fome, comendo espiga de milho no fogo, o que nos comoveu bastante.

Fica esse registro, para que não aconteça também o mesmo que aconteceu em Segredo I, o que está acontecendo agora nos outros assentamentos, especialmente no Salto Caxias, que eu e o Deputado Nereu Moura estamos acompanhando de perto essa questão. Vamos passar essa reivindicação à COPEL.

Esse era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSC, PDT, PSDB, PFL, PPR, PT, PMDB, Lideranças do Governo. (Declinam)

PP com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Folha de Londrina de hoje traz na capa uma chamada para a crise que o setor de hotelaria vive na cidade de Foz do Iguaçu, na Folha Paraná, página 5, diz aqui que o movimento nos hotéis de Foz caiu em 50% e realmente, a situação dos nossos empresários de Foz do Iguaçu está bastante difícil. Está literalmente quebrado o setor de comércio de exportação que estava situado na região próxima a Ponte da Amizade, que vendia os produtos de exportação para o Paraguai, pelo chamado comércio formiga. Com a implementação do MERCOSUL, o negócio que antes passava por Foz do Iguaçu, hoje é feito de Assunção a São Paulo, Assunção ao Rio de Janeiro, Buenos Aires/Rio de Janeiro/São Paulo e Foz do Iguaçu que sempre foi um ponto de apoio virou na verdade um caos, esse comércio que era forte numa região valorizada da cidade e que hoje encontra-se totalmente quebrado, com comércios grandes, tradicionais da cidade literalmente falidos, dezenas, centenas de empresas fechadas.

O mesmo está acontecendo com o setor de hotelaria hoje e historicamente o mês de julho sempre foi o mês de muito movimento da cidade, em função das férias escolares que acontece em todo o Brasil, também na Argentina e em outros países da América Latina. Este ano a ocupação não chegou a 50%, consequentemente os prejuízos são incalculáveis para todo esse setor.

Hoje encontram-se hotéis na cidade colocados à venda por preços até irrisórios, o próprio estabelecimento, mais do que is-

so, esta desorganização no turismo provocou uma disputa até mesmo desleal entre os proprietários da hotelaria, promoções que fazem com que o preço de uma refeição num restaurante de qualidade três, estrelas, custem 5 reais por pessoa. Hotéis com apartamentos de luxo, sendo vendidos uma diária por vinte, vinte e cinco, quinze reais com pernoite inclusive para casal. Lógico essa remuneração não cobre sequer o custo, para a manutenção desse Estabelecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem que ser feita alguma coisa para salvar essa atividade que tem um potencial muito grande para crescer em todo o Brasil e em especial aqui no Paraná, em particular em Foz do Iguaçu. O turismo é até um contrasenso essa constatação é a atividade que mais cresce no mundo. Lugares que sequer tem atrações para o turista vira de uma hora para outra, grandes pontos de concentrações de turistas. Enquanto que a nossa cidade a nossa região que tem uma estrutura extraordinária atrações das mais belas do mundo, aeroportos internacionais em quantidade de três, local para hospedagem de mais vinte mil pessoas e são os leitos disponíveis na cidade. Atendimento de primeira, está cada vez mais vazio.

Há poucos dias me dirigi ao Governo do Estado pedindo a compreensão do Governo para que mudasse a sistemática de cobrança da tarifa de energia dos hoteleiros, queria que o Governo equiparasse o setor de hotelaria à industrial, como acontece aqui no Paraná e em outros estados da Federação, porque na verdade hotelaria é uma indústria. É indústria de turismo, hoteleiro paga pela demanda, é a média do consumo durante o ano, isso faz com que o hotel mesmo desativado, mesmo o hotel vazio, o custo da tarifa de energia é muito alto. O mesmo acontece com a água e outros serviços públicos que estão à disposição do setor.

Senhor Presidente, inconformado com o caos, a situação caótica que se encontra o nosso setor, gostaria aqui de fazer algumas sugestões ao próprio Governo do Estado.

Foz do Iguaçu tem o que é mais importante, são as atrações naturais, como é o caso das Cataratas do Iguaçu, é o Parque Nacional do Iguaçu, é o comércio do Paraguai e da Argentina é a monumental obra construída pela mão do homem que é a Itaipu Binacional. Tem a infra-estrutura conforme bem falei. Tem que ser feita alguma coisa de imediato para que esse problema seja amenizado. Tenho ouvido o Governo do Estado colocar constantemente de que tem Projetos Extraordinários para a nossa Região, Projetos como a Costa Oeste, Projeto da Universidade das Américas, Projeto

como o Parlamento Latino Americano e tantas outras propostas que realmente são interessantes. Mas a nossa hotelaria, o nosso empresariado, o nosso trabalhador do setor de turismo que está desempregado, passando por uma crise profunda, não pode aguentar até a concretização desses grandes e belos projetos. Tem que ser feita alguma coisa de imediato e há como se fazer, por exemplo, promover eventos naquela cidade. Ainda nessa semana encerrou-se o encontro de empresários atacadistas do Brasil inteiro, chamado ABAD, concentraram-se em Foz do Iguaçu, centenas, milhares de empresários do Brasil inteiro. Mas para a minha decepção, no aeroporto eu ouvia os empresários reclamar. Que pena que Foz do Iguaçu que tem uma série de atrações interessantes, não tem um ponto para sediar um grande evento na cidade. Temos lá o centro de Convenções que foi iniciado há dez anos, quando Álvaro Dias era Governador, decorridos os dez anos, tem apenas a cobertura de parte daquele espaço que seria um Centro de Convenções completo para promoções de eventos. Não temos um espaço em Foz do Iguaçu para fazermos uma Conferência para duas mil pessoas sentadas. Não temos em Foz do Iguaçu um teatro para promover, proporcionar um lazer para o turista que fica a noite na cidade.

Há soluções, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas essas soluções têm que ser feitas de imediato, investir maciçamente em eventos, gastar os recursos que são abundantes naquela cidade, principalmente na área da administração pública, na promoção do que o que nós temos de bom, até para desmanchar essa imagem negativa que tem saído constantemente da cidade, através dos grandes meios de comunicação, denunciando prisão de "comprista", assalto, máfia chinesa e assim por diante. Temos que encará-los e com muita competência, temos que fazer da indústria de turismo de Foz do Iguaçu, a grande mola propulsora do desenvolvimento, geração de empregos, impostos e injustiça social naquela cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Projetos de resolução em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessutti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/95, de autoria do Deputado Edgard Bueno, que declara de Utilidade Pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/95, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, que reajusta em 10% (dez por cento) as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, a partir do dia 01 de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/95, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, que fixa o vencimento básico do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de agosto de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Edgard Bueno, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 304/95 SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de agosto de 1995, em R\$ 2.814,82 (dois mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos).

Parágrafo Único - A remuneração decorrente da fixação determinada no "caput" deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com a diferença em percentual não superior a 5% (cinco por cento), observado o disposto no artigo 77, § 3º, da Constituição Estadual.

Curitiba, terça, em 22.08.95

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoio: Luiz Carlos Martins e Edgard Bueno.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/95, de autoria do Deputado Cesar Selme, que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário e Social Dorcas, do Município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87, de 01.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 269/95

Autoria do Deputado Cesar Selme

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, cumpre o preceituado pela Lei nº 6.994, de 10.01.78.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, que foi criado com o objetivo de promover assistência social beneficente, mantendo em regime de semi-internato meninas oriundas de famílias carentes, encaminhadas pelo Conselho Tutelar.

Sob todos os aspectos legais, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down, de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87, de 01.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 270/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down em Londrina.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

A Mesa registra com satisfação a presença de Sérgio Varbonaro, Oswaldo Kadoc, Ivanir Gomes, C. Schneider e Esmeralda Lunelli, de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2312, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2343, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2314, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2315 e 2316, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2338 e 2339, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2340, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2341 e 2342, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2344 e 2345, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2346 e 2356, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2347, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2348, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2349, de autoria do Senhor Deputado José Marcos Alves,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2351, de autoria dos Senhores Deputados Jocelito Canto, Luiz Carlos Zuk e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2354, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2337, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2356-A, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2317 e 2318, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente; bem como os de n°s 2299 e 2300, constantes do expediente de sessão anterior, todos solicitando pedido de informações a diversos Órgãos do Estado. Todos Rejeitados. Ainda, os Requerimentos n°s 2319 a 2336, também rejeitados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, torna-se desnecessário porque publicamente há...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A verificação de votação implica na chamada nominal. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se.

(Pausa)

Seis Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa).

Vinte e oito. REJEITADO o Requerimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, este requerimento e outros catorze que V.Exa. passará a ler são requerimentos fruto do bom senso. Ontem nesta Casa nós debatemos, aliás, na sua sentida ausência, debatemos em profundidade a famosa lista de Schindler, como assim foi qualificada em reportagem escrita pelo reporter Sérgio Hessler, da Folha de Londrina. Esta reportagem retrata a

classificação que o Governo do Estado, especialmente a Casa Civil, e o Secretário do Planejamento...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não se trata de uma questão de ordem.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que V.Exa. me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem sempre a palavra assegurada.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Nada como um Presidente democrático.

E como diziam os dois Secretários, segundo esta reportagem, fizeram uma lista que eu tenho aqui comigo, inclusive a lista integral que está à disposição dos Senhores Deputados, com a classificação de cada um dos municípios. Estes Requerimentos eles na verdade dariam a transparência, Srs. Deputados, uma transparência dos procedimentos adotados pelo Governo, ou seja, os requerimentos eles pedem na sua essência, Sr. Presidente, quantas assinaturas e convênios foram feitos de 1° de janeiro a 22 de agosto do corrente ano pelo atual Governo. Segundo, quais os municípios beneficiados por estas assinaturas e convênios. Terceiro, quais os valores repassados por essas assinaturas aos municípios beneficiados. Quarto, quais as assinaturas dos convênios de ano anterior que foram mantidas pelo atual Governo? Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados? Cinco, quais as assinaturas e convênios feitos no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios?

Por isso, Sr. Presidente, eu pediria aos Senhores Deputados que reconsiderassem a sua decisão de votar...

O Sr. Algaci Túlio - Sr. Presidente, já estão se tornando...
(VOZES SOBREPOSTAS)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - ...sob orientação do Líder do Governo e votassem a favor da transparência. Não pode...

O Sr. Algaci Túlio - A mesma transparência que o seu Governo não teve.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Não pode o Líder do Governo ir à Tribuna e ficar falando em transparência e depois encaminhar contra uma votação que vai dar a de-

mocratização da informação aos Senhores Parlamentares, para verificar como é que estão sendo atendidos os seus municípios paranaenses. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Algaci Túlio - Acho que esta é a lista do Chio. Houve algum engano na classificação da lista. Lista do Chio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Cláudio Romanelli - pedido de informação.

O Dr. Rosinha - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O Sr. Irineu Colombo - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é que são inúmeros requerimentos e nós pedimos para encaminhar, tanto eu como o Deputado Irineu Colombo, e foi impossível. Como V.Exa. vai ler o próximo eu quero me inscrever com antecedência para encaminhar o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Faço um requerimento à Mesa como se tratam de quinze ou dezessete pedidos de informações, com o mesmo teor para cada Secretaria, peço a V.Exa. que seja feita a votação em bloco e peço a V.Exa. que recorra da decisão ao Plenário, se assim entender.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, é anti-regimental a proposta do Líder do Governo. Não pode votar em bloco pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento do Deputado Algaci Túlio não procede. O Deputado requereu, cada requerimento atinente a cada Secretaria. Secretaria da Administração, a palavra para o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) - Já havia pedido a palavra anteriormente, Sr. Presidente, mas a manifestação cabe em qualquer momento dessas votações. A preocupação que nós temos enquanto Bancada do Partido dos Trabalhadores é que não se trata de uma discussão entre quem foi Governo e quem é Governo, o que está aqui é a questão do direito a informação que nós Parlamentares temos e principalmente qualquer cidadão do Estado do Paraná, contribuinte, eleitor, tem perante as autoridades de ficar bem informado de como anda o seu Estado. Com essa idéia nós queremos tomar e apoiar acima de tudo esses Requerimentos para realmente conferir, existe uma preocupação, o Prefeito da minha cidade

de por exemplo está com menos um na lista citada. Então a forma de você conferir isso é através desses pedidos de informação que virão por esses Requerimentos, porque o que está em jogo não é a pessoa do Prefeito, nós estamos preocupados com as implicações com os Municípios. Essa é a preocupação, as implicações que levam o Estado do Paraná, através do posicionamento desse Governo, em relação ao atendimento dos municípios. Aí nós vamos bater novamente naquela reclamação do centralismo, do autoritarismo que nós não concordamos; nós queremos tratamento transparente e igual para todos os municípios. Sobre esse ponto das implicações dessa lista é que nós queremos as informações. Deputado Algaci Túlio, esperamos que a Bancada governista entenda a ansiedade, não se trata de uma Bancada que governou e uma que está governando, se trata de uma Bancada do PT que quer transparência, quer acompanhamento, e acima de tudo o direito de acompanhar o que está se tratando na esfera governamental, até para exercer a função própria do Legislativo que é a fiscalização para saber quantos convênios foram assinados, quantos convênios, quantas secretarias, o tamanho delas, enfim, a envergadura dessa intervenção política, dessa medida política tomada pelo Governo do Estado. Essa transparência nós queremos que a Bancada Governista nos dê. Mas uma vez eu ressalto, não se trata de quem governou ou de quem está governando, se trata de um direito de qualquer cidadão paranaense.

O DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Deputado Algaci Túlio, Deputado Zuk, Deputado Cesar Silvestri, Valdir Rossoni, Deputados que estiveram aqui comigo na legislatura passada, e quero citar o nome do Deputado Adur e do Deputado Pessuti. E quero rememorar os Srs. Deputados que muitas vezes fiz pedido de informações aqui desse lado e tive o apoio do líder do PDT na época, Algaci Túlio, Paulo Maia; e o Deputado Pessuti foi contra porque ele era o líder do Governo, Deputado Adur também foi contra em várias vezes. Naquela ocasião, o Tavares foi o que menos foi contra, apesar que Vossa Excelência queria envolvê-lo também, mas o Tavares no período dele os pedidos de informação eram aprovados. Quero dizer que cabe a nós Deputados as ações de acompanhamento do Poder Executivo e dos demais Poderes em razão das independências de Poderes. Quem não deve nada não teme nada. O que eu pediria aos Deputados que estiveram aqui no ano passado que dêem lição para os do lado que no ano passado não aceitavam os pedidos de informação, e que aprovelem os pedidos de informação para que nós possamos

exercer o nosso mandato com toda transparência e liberdade. A coerência que nós tínhamos o ano passado em votar favorável um pedido de informação, vamos mantê-los agora. É isso que eu estou pedindo de informação, vamos mantê-los agora. É isso que eu estou pedindo dos Srs. Deputados, se nós éramos vítimas de uma Bancada que tratorava qualquer pedido de informação nós não podemos ser vítima de uma outra Bancada que passa a tratorar atualmente. Quero inclusive chamar a atenção de que nesse plenário tem ex-Vereadores de Curitiba, como eu que fui e que lá naquele Poder são aprovados todos os pedidos de informações, independente de quem seja que formulou e de qual caráter partidário de quem formulou ou ideologia, isso não pode ser permitido, estamos inclusive infringindo inclusive direito constitucional de obter informações para poder exercer o nosso mandato.

Nesse sentido que apelo, vamos manter a coerência que vinha tendo a bancada petetista, que era oposição, e que ela não pode voltar atrás e dar uma lição para aquela bancada que até recentemente não aprovava pedido de informação.

Uma lição de democracia, como diz o meu líder Ângelo Vanhoni, que dê essa lição de democracia a essa bancada.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) - É lamentável nós termos que participar desse tipo de jogo na Assembléia Legislativa. Fui vereador em Ponta Grossa durante seis anos, era o único vereador do PT e nunca aconteceu de um requerimento de minha autoria ser negado pelo plenário. Acho que o mínimo que o parlamento tem, obrigação inclusive ética com o povo, o qual representamos, é a transparência, é permitir que qualquer deputado faça o pedido de informação e tenha a resposta do governo, seja qual governo for.

Acho que o único sentido de nós votarmos o pedido de informação, é para evitar que coisas que firam o bom senso ou firam a ética ou coisas que agredam de alguma forma, seria no sentido político ser aprovado nesse plenário, daí concordo, mas um requerimento como apresentado pelo Deputado Luiz C. Romanelli, que passo a ler, acho vergonhoso que nós nos prestemos a esse papel de impedir que um deputado eleito pelo povo paranaense possa ter informação do governo.

Acho que a pior coisa que um governo pode fazer é se negar a dar informações para alguém, mesmo porque é um direito constitucional de qualquer cidadão deste Estado pedir informação ao governo e provavelmente um deputado coloca o seu ofício publicamente, justamente para dar publicidade aos seus atos, para que o povo saiba

que foi entrado com um pedido sobre tal e tal coisa, para dar transparência também. O Deputado Luiz Romanelli, como cidadão podia fazer esse requerimento, sem ao menos passar por este plenário e a obrigação do governador era responder as informações pedidas.

Então faço um apelo a bancada do governo, para que não radicalize, porque é um radicalismo estéril que não leva a nada, só denigre a imagem do Governo Jaime Lerner e a imagem da bancada que o apoia.

Acho que um requerimento como este que diz o seguinte:

(Lê o requerimento)

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer Pedido de Informações a Secretaria de Estado da Administração. E Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosa-mente, REQUER Pedido de Informações a Secretaria de Administração e Órgãos vinculados, contendo os seguintes questionamentos:

- 1 - Quantas assinaturas de convênios foram feitas de 01 de janeiro a 22 de agosto do corrente ano, pelo atual Governo.
- 2 - Quais os municípios beneficiados por essas assinaturas de convênios.
- 3 - Quais os valores repassados por essas assinaturas, aos municípios beneficiados.
- 4 - Quais as assinaturas de convênios do ano anterior que foram mantidos pelo atual Governo, quais os municípios beneficiados por essas assinaturas e quais os valores repassados.
- 5 - Quais as assinaturas de convênios feitas no Governo anterior que foram canceladas e quais os municípios que seriam beneficiados por esses convênios.

Sala das Sessões, em 22.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PÉRICLES MELLO - (Termina de ler o requerimento).

Não vejo sentido nenhum, um Deputado sequer votar contra um pedido de informação desse tipo, mesmo porque o direito a informação é a essência da democracia e a essência da democracia e o direito da minoria.

A minoria pede um projeto de lei aqui, tudo bem, ela não pode impor uma lei sendo minoria, agora o direito a informação, o direito sagrado da minoria, nós não

Curitiba, terça, em 22.08.95

podemos entender essa radicalização estéril e infantil da bancada do governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Com a palavra o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero colocar claramente a minha posição, vou manter a minha obediência a liderança do governo.

Vou votar, mas quero de antemão dizer de que não precisamos temer os requerimentos do Deputado Romanelli, vou encaminhar agora mesmo para o Deputado Romanelli, levantamentos de três secretarias, que já tenho em mãos, dos convênios assinados do Governo do Estado do Paraná com as prefeituras do Estado do Paraná, aonde temos aqui por exemplo a SOCIAN que firmou mais de 100 convênios com prefeituras do Paraná, mais de seis milhões de reais, aonde tem 99% de prefeituras que não apoiaram o Governador Jaime Lerner. Estou passando às mãos do Deputado Romanelli.

Tenho aqui também, Sr. Presidente, Srs. Deputados um relatório dos convênios assinados pelo Governador Jaime Lerner através da FUNDEPAR aonde em torno de 28 Municípios na semana passada firmaram convênios e 5 desses Municípios apoiaram o Governador Jaime Lerner e 23 apoiaram outro candidato. Está aqui o relatório, o qual encaminho ao Deputado Romanelli. Está aqui também, Senhor Presidente, um relatório da Secretaria de Transportes onde foram passados recursos pra mais de 200 Prefeituras do Paraná e todos os senhores sabem que o Governador Jaime Lerner recebeu apoio de 40 Prefeitos no Paraná, se já repassamos recursos há mais de duzentos Municípios do Paraná, está mais aqui uma prova de que o Deputado Romanelli, ele não está querendo informação, ele está querendo confronto. Esse confronto que ele está querendo fazer que nunca existiu nessa Casa, fazer aqui 17 requerimentos. E vou dar mais um testemunho público de que o Deputado Romanelli está equivocado na sua posição.

O Governo do Estado do Paraná, Governador Jaime Lerner determinou a Secretaria de Habitação de que executasse e prosseguisse todos os convênios firmados na hora das eleições no ano passado pela Secretaria da Habitação. Mais de duas mil e quinhentas casas, que firmaram os convênios politicamente e politicamente, o Governador Jaime Lerner no seu propósito de honrar compromissos de Governo deu continuidade a essas obras. Digo de passagem essas duas mil e quinhentas casas nenhuma foi começada pelo Governo anterior. Foram firmados esses convênios, foi reunida a

população, foi feito discurso de eleição e esqueceram de passar os recursos as Prefeituras do Paraná. Hoje o Governo Jaime Lerner para os recursos a essas Prefeituras e demonstra como se deve Governar o Paraná. Só não vamos aprovar os requerimentos do Deputado Romanelli, porque acredito que ele está querendo abusar da paciência da atual Bancada da Situação.

Lembramos muito bem e quero deixar colocado aqui aos Deputados do PT, até o presente momento não foi recusado nenhum requerimento do PT, e nós ainda mais, estávamos acostumados, o PMDB do Paraná estava acostumado a só sorrir e não estava acostumado a apanhar e eles tem que aprender a negociar conosco para que não haja abuso e para que não, haja confronto é essa a posição da Bancada do PDT.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (**Para Encaminhar**) - Não vou conseguir certamente me expressar aqui com o brilhantismo com que fez o nobre Líder do PDT. Mas gostaria de aduzir a esta discussão que é extremamente salutar para esse Parlamento dos princípios democráticos que deve nortear a nossa atuação Parlamentar. Me lembro ainda como Secretário da Habitação, da qual aliás Deputado Rossoni, tive a honra de ser Secretário até o dia 2/4/94, período que respondo integralmente pelas ações praticadas pela COHAPAR e pela Secretaria Especial Pública Habitacional, e quero lhe dizer o seguinte: que respondi Senhor Presidente dezenas de Requerimentos, pedidos de informação oriundos aqui desta Casa e respondi com grande alegria.

(**Tumulto em Plenário**)

Senhor Presidente, queria na verdade dizer o seguinte: que seguramente o Deputado Algaci Túlio, hoje ele está aqui fazendo na prática alguma coisa que é rigorosamente contrária ao discurso que ele vem tendo aqui nesta tribuna. Acho que de qualquer forma um requerimento tão simples, quanto esse nosso, como disse o Deputado Rossoni, aliás Deputado me desculpe pela expressão, eu o prezo muito pessoalmente e quero dizer o seguinte, que o Deputado Algaci Túlio a partir de hoje, caiu a máscara dele...

(**Tumulto em Plenário**)

...porque um Governo que não aprova um pedido de informação tão simples quanto esse, que aliás quero dizer aqui aos Senhores Deputados...

(**Tumulto em Plenário**)

Agora Senhor Presidente eu queria dizer o seguinte, que essas informações que queremos receber aqui elas seriam se processadas, transferidas a cada um dos Senhores 53 Deputados que compõe esta Casa aqui comigo. Na verdade era para democratizar a informação, para nós termos um retrato do que é que está acontecendo, quem

é que está sendo beneficiado e privilegiado pelo Governo.

Esse pedido de informação, na verdade, muito mais do que para informação minha e da Bancada do PMDB, era para informação desta Casa.

Por isso é que apelo ao senso democrático dos Senhores Deputados, para que nós possamos exercer o nosso mandato na sua plenitude e vamos votar os requerimentos que ainda têm na mesa para serem votados.

Muito obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni - Senhor Presidente, só gostaria de dizer ao Deputado Romanelli, que ele está um pouco desorganizado. Se V.Exa. interligar os seus computadores com a CELEPAR, se V.Exa. bateu no computador, você vai ver todos os convênios firmados, pelo governo do Paraná com as prefeituras. Por isso eu tenho, porque estou organizado. É só o Senhor organizar o seu gabinete, colocar alguns computadores ou pedir para o Presidente, tenho a certeza que não precisamos fazer requerimento. O que precisamos fazer requerimento, porque estão nos computadores da CELEPAR todas as informações através do meu gabinete.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Agradeço. O Senhor poderia inclusive, encaminhar à Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar) - Para dar um testemunho nosso. Ponta Grossa é uma cidade que é alheia ao governo. O nosso prefeito, Paulo Cunha Nascimento, foi um dos coordenadores e tão somente no final se afastou da campanha do nosso adversário, do atual Governador Jaime Lerner. Tem recebido por parte do Governo do Estado, toda atenção devida e necessária. Alguma pouca coisa não está sendo atendida naquilo que não é possível e queria nesse instante dizer que o objetivo maior, do requerimento do ilustre deputado, é aquilo que ele já conseguiu, que era a notoriedade da imprensa, ávida para saber o que acontece nesse parlamento e ela é testemunha no dia de hoje, que o nosso líder do governo, virá em ocasiões oportunas e futuras, trazer tudo aquilo que realmente, não somente à Bancada do PT, mas a todos nós Deputados, o que o governo está fazendo. Foi assim nas três vezes como prefeito de Curitiba. Será assim como governador desse Estado: uma administração séria, honesta e competente.

O Paraná nesses primeiros meses não pode sentir a capacidade do Jaime Lerner, pela herança que recebeu. A herança de um orçamento que era feito em cima de dados que não eram verdadeiros, que foram superestimados, de vendas que não foram realizadas e não puderam ser. Temos aí o orça-

mento do Estado, aprovado por nós, aqui nesta Casa, por diversos e inúmeros companheiros, por homens do governo como Caio Quintana que aqui veio pessoalmente nos trazer, mas que infelizmente não puderam ser feitas as vendas das ações da COPEL. Por isso, nesse instante, quando nós vemos o ilustre ex-Presidente Orlando Pessuti que, brilhantemente na hora oportuna, defendia o governo da época, hoje estamos defendendo a herança que recebemos e que não podemos concretizar a aspiração do povo do Paraná. Não são os salários dos senhores professores, não é o salário dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. deve se ater ao objeto do Requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Voltando ao requerimento, só ilustrando para chegar aonde o Romanelli deseja, não existe falta nenhuma de coisa alguma a ser escondida. O Diário Oficial aí está. De todos os convênios já realizados o Tribunal de Contas irá fiscalizar todos os convênios, os computadores da Celepar aí estão, acredito e tenho a certeza, que o objetivo do ilustre Deputado já foi alcançado e o bom senso deste Plenário está estampado naquela mão firme da diretriz do Governador Jaime Lerner. Não precisaria o Algaci Túlio levantar-se e defender o Governo. O Governo se defende pelos atos e as obras que vai praticar nestes próximos anos de administração e o funcionalismo hoje, que como nós estamos insatisfeitos, no dia de amanhã, quando tivermos meios e mecanismos na mão, porque já fui Prefeito e sei perfeitamente bem que executar as coisas é dentro de uma questão orçamentária e o Orçamento do nosso Governo do Estado do Paraná todos os senhores conhecem.

Ninguém aqui é analfabeto. Todos conhecem. Não está sendo cumprido aquilo que realmente está escrito porque não tem a entrada necessária para os convênios, como aqueles que o próprio Rossoni disse, inúmeros deles, foram assinados com boas intenções, mas não podem ser executados, realmente, não por falta de ação, mas por falta de recursos deste Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Duas questões, Sr. Presidente. Entendo que para resgatarmos a verdade de todos os fatos, se faz necessário e faço uma questão de ordem neste sentido, que a Assessoria da Mesa orientada pela Presidência,

Curitiba, terça, em 22.08.95

providencie uma relação dos pedidos de informações que foram aprovados no período de 1991/92, quando nós estivemos à frente da Liderança do Governo e do PMDB, para que se constate que centenas de pedidos de informações foram aprovadas. Concorde que nem todos puderam ser aprovados, mas centenas de pedidos de informações, inclusive da Bancada do PT, à época Dr. Rosinha, Ernani e Ovídio, patrocinando, foram aprovadas pelo Parlamento. E em segundo lugar, ainda como questão de ordem, não posso realmente deixar de passar porque o Deputado Zuk disse o que se herdou do Governo passado, o Orçamento que se herdou do Governo passado. Todos sabemos que o Orçamento que está aí para ser executado pelo Governador Jaime Lerner e suas Secretarias, foi proposto sim pelo ex-Governador Mário Pereira, que propôs inicialmente uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e depois uma proposta de orçamento e que foi ela discutida nesta Casa, sob a coordenação do Deputado Nelson Justus. Presidente da Comissão de Orçamento, e aprovado o Substitutivo elaborado por aquela Comissão, através do Deputado Durval Amaral. Não foi a proposta do Governador que foi aprovada, mas sim um Substitutivo elaborado pela Assembleia e sabemos evidentemente que esta peça orçamentária não está podendo ser implementada na sua totalidade, porque um dos itens, principalmente um dos itens, o que diz respeito a Receita que viria com a venda das ações da Copel, não foi possível se concretizar, dado justamente também aos parâmetros que a Assembleia Legislativa estabeleceu, que foi de que as ações só poderiam ser vendidas, algumas delas a 90% do seu valor patrimonial, e as outras a 100%. E hoje nós sabemos que um lote de mil ações está em seu valor patrimonial ao redor de onze e cinquenta, doze reais o lote de mil, e o preço de mercado ao redor de sete a oito.

Portanto, não é herança maldita do ex-Governo, não é herança maldita da Assembleia, são coisas que a conjuntura econômica do País estabeleceu. Portanto, como integrante do Governo passado não poderia admitir que algumas coisas não estão acontecendo nesse Governo, principalmente a possibilidade da execução orçamentária, sendo isso uma herança maldita do ex-Governo, entendo que a proposta era bendita, não se concretizou infelizmente pelas circunstâncias econômicas do País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a decidir, o senhor ilustre supervisor da Mesa vai fornecer ao Deputado Pessuti...

O SR. ORLANDO PESSUTI - A relação dos pedidos de informação - aprovados Celso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar) - Pedi para encaminhar porque tem uma questão que foi colocada, e é uma questão de fundo, que está sendo discutida aqui hoje. A Bancada do Governo, que acho que é uma Bancada séria, tem propósitos de fazer com que o Governo Jayme Lerner atenda as expectativas da população do Estado do Paraná, lança um argumento para não aprovar o Requerimento do Deputado Romanelli, que acho problemático.

O argumento de que na legislatura passada o PMDB com o Governo Requião se utilizou de forma autoritária dos Expediente, de pedidos de informação na Assembleia Legislativa, não permitindo que estes mesmos pedidos fossem aprovados. No entanto o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Zuk, o Deputado Valdir Rossoni, tem sistematicamente dito para nós todos que o Governo Jayme Lerner é um Governo Transparente, que não deve nada e não teme, pode demonstrar claramente. Agora, Deputado Rossoni, Deputado Zuk e Deputado Algaci, não podemos substituir a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pelo gabinete do Deputado Rossoni e do seu computador, não podemos substituir a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pelas publicações do Diário Oficial, e nem podemos substituir a credibilidade do Governo do Estado às declarações do Deputado Algaci Túlio na Tribuna quando utilizar o horário de liderança. Porque se é dessa maneira precisamos dizer o seguinte: tem Requerimentos de gravíssimas consequências.

Fiz um Pedido de Informações ao Secretário de Finanças do porquê que a Guarda Militar estaria sendo retirada das dependências do Banco do Estado do Paraná, drenando recursos do Banco do Estado na ordem de 4 milhões de reais, quando o lucro do Banco em apenas seis meses foi de 14 milhões. Isto é um terço do lucro líquido de uma instituição que é a instituição maior do Governo do Estado, é a primeira instituição que é seu Banco, vai ter que drenar 4 milhões de reais para substituição dos policiais militares das dependências do Banco do Estado para atender a contratação de vigias e vigilantes nestas dependências. A argumentação do Presidente do Banco junto ao Governo do Estado, Senhor Luis Antônio Fayet, era que neste momento da vida do Banco do Estado essa medida era uma medida que iria prejudicar terrivelmente o Banco. A argumentação da diretoria toda do Banco do Estado foi nesse sentido, se não estou enganado o próprio entendimento do Secretário das Finanças também é nesse sentido. E não sei quais as forças dentro do Governo que fizeram com que o

Banco do Estado recindisse o contrato com a Corporação da Polícia Militar e atendes-se os interesses, que não sei quais, que são interesses públicos, ou são interesses do Governo, de drenar quatro milhões e duzentos mil reais para a contratação. Este Requerimento Deputado Algaci Túlio foi derrubado por Vossa Excelência e a Bancada há questão de dez dias atrás. Ora, então vamos ter dois discursos? Não, vamos ter um só, ou o Governo vai atender os pedidos de informação dos Deputados com o mandato popular, informações apenas para que o conjunto do Estado do Paraná saiba o que está acontecendo no Governo do Estado, ou vamos deixar o discurso bem claro.

"Não vai haver, vamos centralizar, não vai haver mesmo pedido de informação, nós vamos derrubar todos." É esta a prática que nós queremos. Acho Deputado Algaci Túlio, concordo com o Deputado Valdir Rossoni, a posição da Bancada do Governo hoje é uma posição insustentável em relação aos Requerimentos do Deputado Romanelli. Não sou do Governo e nem sou do PMDB, mas tenho ciência de prefeituras que estão alinhadas com o governo, como a Prefeitura de Paranaguá que sistematicamente nos últimos 45 dias assinaram vários convênios com o Governo do Estado para atendimento das suas reivindicações. O Prefeito Carlos Antônio Tortato não se alinhou com o Jaime Lerner, votou Álvaro Dias, fez campanha para Luiz Inácio Lula da Silva e no entanto não está sendo discriminado. Se há essa desconfiança hoje no Paraná inteiro ao conjunto dos prefeitos de que o Governo do Estado pretende fazer uma discriminação a oportunidade para a bancada do governo dar a direção política, dar a direção para o conjunto da população, tentar esclarecer todas essas desconfianças, essas dúvidas, e na aprovação dos requerimentos formulados pelo Deputado Romanelli.

Está correto o Deputado Rossoni. Peço a bancada do governo que apoie esse pedido de informações senão nós estaremos transgredindo o direito, o que é o direito fundamental do Poder Legislativo de fiscalizar o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria, na verdade, seguramente há uma má interpretação do nosso desejo. Eu queria na verdade pedir que Vossa Excelência unificasse todos os pedidos de informação num único pedido, sobre os convênios que o Governo do Estado já firmou com os municípios paranaenses.

Quero que o Governo entenda que não há

da minha parte nenhuma atitude de má fé, de criar constrangimento político.

Peço que Vossa Excelência considere unificado os meus requerimentos apresentados.

Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Submeto a voto o requerimento de autoria do Deputado Romanelli a decisão de Sua Excelência de transformar todos os requerimentos num só, desde que no pedido que seja encaminhado ao Poder Executivo conste todos os órgãos que realizaram convênios.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Vossa Excelência, então está atendendo se entendi, o pedido que eu havia feito anteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Coincidiu com o de Vossa Excelência. É que o autor tem poder de modificar. Senhores Deputados que aprovam o pedido do autor, conservem-se como estão. Vou submeter a voto todos os requerimento uma só vez.

Senhores Deputados que aprovam os requerimentos vinculados ao outro requerimento de um só, conservem-se como estão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, só para esclarecer.

O Senhor está colocando agora em votação o pedido do Deputado para

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse já foi aprovado.

Agora estou submetendo a votos todos os requerimentos transformados em um só.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam a transformação dos 15 requerimentos em um só...

O SR. ALGACI TÚLIO - Já foi aprovado, Presidente, Vossa Excelência acabou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só que não terminei ainda. transformados num só, com o pedido de informação, caracteriza todos os outros requerimentos, queiram levantar-se, os que aprovam.

O SR. ALGACI TÚLIO - Aprovam todos num só. Vossa Excelência já colocou em votação a anexação de todos num só, Senhor Presi-

Curitiba, terça, em 22.08.95
dente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora nós estamos fazendo a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o único requerimento de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, o único transformado em 14, queiram conservar-se como estão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Na verdade não houve nenhuma intenção do Deputado Romanelli de conciliação, mas sim, de confusão. E nessa confusão, nós não podemos nos submeter a esse tipo de brincadeira.

Tumulto em Plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (Questão de Ordem) - Senhor Presidente. Gostaria que o Senhor desse um pito no Deputado Romanelli, por que nós estamos aqui faz meia hora, o Deputado Romanelli já fez o espetáculo dele, então agora acho que está na hora de nós votarmos e terminarmos.

É vergonhoso para nós diante de toda a Imprensa estar passando por esse momento aqui.

Gostaria que a Presidência desse um pito no Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não acho nada vergonhoso Deputado, acho que nós estamos numa batalha plenária e que cada um vai expor as suas forças.

É bem claro que os que rejeitam o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que solicita informações de todas as Secretarias que fizeram os convênios, conservem-se como estão.

Vinte e nove.

Os Senhores que aprovam, queiram levantar-se.

Dez. Rejeitado.

Requerimento de Luiz Claudio Romanelli. **Com discussão adiada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - São dois requerimentos e a despeito da vontade política do Deputado Algaci Túlio com os outros requerimentos, esses dois requerimentos são, para que nós possamos, de uma vez por todas, ter transparência absoluta sobre a questão dos gastos que os governos tiveram com pessoal desde janeiro de 1982, até julho de 1995, despesa com pessoal e por outro lado, qual é a receita que os governos tiveram e nós queremos como parâmetro, o dólar oficial ou comercial, porque de uma vez por todas, nós vamos saber o que aconteceu no Paraná com gastos com pessoal e receita que o Governo do Estado teve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.
Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.
Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Outro requerimento, também do Deputado Romanelli, requer demonstrativos.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 08, 269 e 270/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 107 e 123/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Senhores Deputados Angelo Vanhoni, Edno Guimarães, Carlos Simões e Duílio Genari. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 186/95, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Angelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 219/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relator: Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efei-

tos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Florisvaldo Fier, Nereu Moura, Milton Puppio e Orlando Pessuti. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 081/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relator: Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 201/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator: Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 144/95, de autoria do Deputado José Tavares. Relator: Deputado Orlando Pessuti. Deputado Florisvaldo Fier pede vistas. O Presidente defere. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 14.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Toti Colaço, Augustinho Zucchi, José Tavares, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Edgard Bueno, Antônio Belinati, Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as Atas das reuniões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 241/95, do Deputado Edgard Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APRO-

Curitiba, terça, em 22.08.95

VADO; 02) Proposição Veto n° 26/95, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 289/95, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 302/95, do Ministério Público-Procuradoria. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini em nome do Deputado Antônio Belinati; 05) Projeto de Lei n° 301/95, do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini em nome do Deputado Antônio Belinati; 06) Projeto de Lei n° 300/95, do Ministério Público. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli; 07) Projeto de Lei n° 303/95, do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 304/95, do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 159/95, do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 225/95, do Deputado Antônio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 263/95, do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 255/95, do Deputado Antonio Annibelli. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 13) Projeto de Lei n° 229/95, do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 275/95, do Deputado Anibal Khury e outros. CONCEDIDO VISTAS para os Deputados Valdir Rossoni e Basílio Zanusso; 15) Projeto de Lei n° 242/95, do Deputado Walmor Trentini. Parecer do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 269/95, do Deputado César Selame. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 194/95, do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 18) Projeto de Resolução n° 28/95 do Deputado Caíto Quintana. O Deputado Augustinho Zucchi pede a palavra para dizer que o Projeto de Resolução n° 28/95 do Deputado Caíto Quintana e o seu Projeto de Resolução n° 16/95, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de São Pio X, desmembrado do Município de Francisco Beltrão, sobrepõe áreas. Diz que a lei deve ser cumprida e somente o seu projeto está de acordo. O Deputado Luiz C. Romanelli pergunta se há certidão do IBGE nos projetos. O Deputado Toti Colaço responde que na Resolução n° 28/95 há. O Deputado Eduardo Trevisan diz que na Resolução n° 16/95 não tem. O Deputado Emerson Nerone diz que o erro foi da Casa aceitar duas matérias com o mesmo território, quando primeira for aprovada, desde que cumpra os requisitos a outra fi-

Curitiba, terça, em 22.08.95

cará prejudicada. O Deputado Augustinho Zucchi sugere que não se vote tais projetos até que os autores entrem em acordo. O Senhor Presidente concorda e coloca em votação a sugestão. APROVADO, com VOTO CONTRÁRIO do Deputado Toti Colaço. 19) Projeto de Lei n° 164/95, do Deputado Cesar Selme. O Deputado Relator Eduardo Trevisan REQUER DILIGÊNCIA; 20) Projeto de Lei n° 270/95 do Deputado Antônio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 224/95, do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 254/95, do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan. APROVADO; Proposição veto n° 19/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgard Bueno - APROVADO; 24) Proposição Veto do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Edgard Bueno - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 054/95 do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO à Emenda do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Proposição Veto n° 30/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 110/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Proposição Veto n° 18/95 do

Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 114/95 de autoria do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 240/95 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 29) Projeto de Resolução n° 11/95 do Deputado Anibal Khury e Deputado João Techy Filho. Apresentado voto em separado do Deputado Emerson Nerone, onde requer diligência - DEFERIDO; 30) Projeto de Lei n° 287/95 do Deputado Joel Coimbra, Anibal Khury, Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 31) Projeto de Resolução n° 32/95 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 309/95 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária